

CHINA – potência do século XXI?¹

Simony Oliveira Andrade²

Meio século após a proclamação da República Popular da China (RPC), esse país continua sendo considerado por muitos analistas como uma nação fora dos padrões correntes de comportamento internacional. Depois de ter sido considerado, nas décadas de 1970/80 um regime político reformista e modernizador, nos anos 1990 o governo chinês vem sendo caracterizado como violador dos direitos humanos (repressão na Paz Celestial...) e opressor de minorias étnicas, na contra-mão da história. E mesmo o seu crescimento econômico, anteriormente tão elogiado, agora é focado a partir de seus custos sociais e ambientais, tendo sua fragilidade ressaltada a todo momento, sobretudo a partir da crise financeira asiática de 1997 (embora a China não tenha sido atingida).

Aplaudido como aliado da estratégia anti-soviética dos EUA nas décadas anteriores à crise financeira, seu potencial militar é hoje apontado como ameaça internacional. Afinal, no umbral do terceiro milênio, qual é a identidade e o rumo da China?

Em primeiro lugar, é necessário observar que a Revolução Chinesa combinou duas dimensões complementares: a social e a nacional. Enquanto buscava um caminho que desencadeasse a transformação das estruturas do mundo camponês (reforma agrária, emancipação da mulher, industrialização), o maoísmo tratava de garantir a soberania do país e do regime implantado em 1949. Assim, nos anos 1950 a segurança foi prioritária, obtida através da aliança – por vezes sufocantes – com a URSS. Nos anos 1960, a independência e a autonomia passaram a ser as metas centrais, levando ao conflito sino-soviético. Nos anos 1970, a modernização e o desenvolvimento tornaram-se tarefas estratégicas, que implicavam na normalização das relações com os países capitalistas desenvolvidos.

Assim, após vinte anos de marginalização internacional e de complicados experimentos e conflitos internos (o pior de todos, a Revolução Cultural), a RPC aproximou-se do Ocidente e passou a ocupar o assento do país como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em 1971. Durante a década de 1970, enquanto procedia-se a renovação da elite dirigente, a inserção internacional da China era empreendida com sucesso, num processo complementar. Desta forma, em 1978, o Partido Comunista Chinês (PCC) lançou uma política de reformas e modernização, sob a liderança de Deng Xiaoping. Desde então, o país vem experimentando um acelerado crescimento econômico e participando ativamente do cenário internacional.

A partir de então, a China jogou habilmente a cartada anti-soviética, conseguindo um tratamento privilegiado em termos econômicos (comércio, investimentos e cooperação tecnológica). As reformas na agricultura (via descoletivização), por sua vez, eram indispensáveis para eliminar pontos de estrangulamento da economia, permitindo

¹ Texto produzido para a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, sob a orientação da Profa. Msc., Leila Rabello.

² Acadêmica do 2º semestre de relações internacionais no Unicentro Belas Artes.

a aceleração da industrialização, com o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo para o mercado interno (equilibrando as trocas campo-cidade).

De outra parte, o estabelecimento da Zonas Econômicas Especiais permitiu a criação de plataformas de exportação que obtiveram divisas fortes, investimentos e tecnologia. Concomitantemente, enquanto o planejamento socialista era descentralizado (envolvendo as comunidades locais e flexibilizando os mecanismos de tomada de decisão), o mercado era centralizado, devido à integração entre as regiões e os ramos da economia. Era o que Deng Xiaoping denominou Economia Socialista de Mercado.

A estratégia das “Quatro Modernizações” (indústria, agricultura, defesa, ciência & tecnologia) encerrou definitivamente o maoísmo, ainda que a figura do Grande Timoneiro continuasse sendo respeitada dentro do PCC e pela população. Isto implicava em outro aspecto crucial: a passagem da ênfase na luta de classes para enfatizar a modernização econômica, sinalizava para a própria diáspora chinesa a intenção de promover a reconciliação nacional. Na fórmula, um país, dois sistemas buscavam, precisamente, reincorporar os enclaves coloniais de Hong Kong (1997) e Macau (dezembro de 1999), atrair capitais e recursos humanos das comunidades de além-mar (particularmente as do sudeste asiático) e, last but not the least, reunificar o país, criando uma federação com Taiwan.

Esse esquema teve notável sucesso nos anos 1980, com a economia crescendo 10% a.a., incrementando a renda per capita e melhorando a distribuição de renda (estímulo ao camponês). Contudo, uma mudança tão profunda também gerava instabilidade: divergências no partido sobre os limites das reformas, surgimento do desemprego, incremento da criminalidade e da corrupção e desequilíbrios setoriais e regionais. Além disso, o fim da Guerra Fria, no contexto da Perestroika, fez que a China deixasse de ser atrativa enquanto aliada internacional para os EUA. No mesmo sentido, o sucesso de seu desenvolvimento “heterodoxo” (como aliás, de toda Ásia oriental) passou a ser visto pelo Ocidente como uma crescente ameaça.

Neste contexto, em 1989, quando ruíam os regimes do leste europeu, ocorreu a manifestação e a repressão de Tiananmen; o bloco soviético desapareceria enquanto o socialismo do terceiro mundo (reformado ou não) sobrevivia na Ásia. Para muitos analistas, os dias do milagre e do regime chinês estavam contados, pois eram crescentes as pressões internacionais envolvendo direitos humanos, a ressurreição da questão do Tibete no Ocidente, o embargo comercial, a emergência de um discurso independente em Taiwan e o início de uma campanha antichinesa nos meios de comunicação e nas academias. Mas o país resistiu. O anunciado conflito pela sucessão de Deng Xiaoping nunca ocorreu e a reincorporação de Hong Kong deu-se sem sobressaltos maiores.

Ocorre que a China constitui o único país em desenvolvimento a fazer parte do condomínio do poder mundial, pois é dotado de indústria aeroespacial, sistema autônomo de mísseis, arsenal nuclear e integra o Conselho de Segurança da ONU. Além disso, sua economia atingiu certo grau de desenvolvimento que, aliada à soberania do país sobre certas decisões concernentes a essa área, fazem que ele tenha determinado peso na economia mundial e, igualmente, não possa ser arrastado tão facilmente por crises financeiras, induzidas por capitais especulativos. A economia chinesa cresceu ainda 8%, em 1998, e em 1999, em plena vigência da crise asiática, enquanto os analistas

econômicos observam com apreensão a possibilidade de desvalorização da moeda chinesa.

Afinal, o desenvolvimento chinês representa um passado, em desaparecimento na virada do século, ou, pelo contrário, um paradigma para a superação da crise multifascética gerada pela globalização neoliberal? Sem dúvida a ênfase na industrialização e soberania do país contrasta com o modelo mundial vigente. Da mesma forma, o caráter de inclusão social do modelo societário, a manutenção do regime socialista de Partido-Estado e o peso das empresas estatais e comunitárias e do planejamento econômico evidenciam também um padrão divergente. Levando-se em conta que, segundo o fim da história, proclamado por Fukuyama, tal modelo já deveria ter desaparecido, é preciso refletir sobre o fenômeno com outros olhos.

Nas relações internacionais, a China defende um mundo multipolar no pós-Guerra Fria em lugar da neo-hegemonia norte-americana. Apesar das dificuldades e carências de um país em desenvolvimento, a população, depois de dois séculos de provações e privações, busca os benefícios do desenvolvimento e do mundo moderno. Mao afirmou, em 1949, que “a China finalmente estava de pé”. Talvez isto seja mais válido para 1999. Ironicamente, no décimo aniversário da repressão da Praça da Paz Celestial, os estudantes da China continental e de Taiwan saíram novamente às ruas, mas para manifestar-se contra o bombardeio americano à embaixada chinesa em Belgrado.

Para os asiáticos, a dimensão de tempo é vinculada à longa duração, e eles vivenciam o fim da era colonial, o que significa o declínio da expansão e hegemonia ocidentais. O desenvolvimento constitui uma “longa marcha”, e seus aspectos econômicos e políticos são, para os chineses, indissociáveis. A concepção vigente no país é a de que mais importante do que adotar a filosofia individualista e as instituições democrático-liberais ocidentais é ir fortalecendo as bases sociais de uma democracia enraizada nas lutas sociais, tradições e necessidades locais. Um argumento ambíguo, talvez, mas que não cabe às antigas potências espoliadoras daquele país julgar.

A China, o “Império do Centro”, não é apenas um país ou Estado-nação, mas uma civilização original e antiga com quase cinco mil anos de história. A etnia han é majoritária, enquanto as minorias étnicas representam apenas 6% da população, embora ocupando quase 60% do território. Pólo civilizacional mais desenvolvido do mundo no século XV, a China, desafiada por problemas internos e pela expansão européia, se isolou, estagnou e finalmente entrou em declínio. No século XIX, o imperialismo europeu em episódios como as Guerras do Ópio iniciou uma espoliação sistemática do país e a destruição de suas instituições sociais.

Em 1911, em meio à desagregação social e nacional, a dinastia manchú foi derrubada e a República proclamada. Seguiram-se décadas de guerra civil e anarquia, em meio a intervenções estrangeiras. No contexto destas, configuraram-se duas forças políticas antagônicas: o Partido Nacional (Kuomintang, vinculado aos proprietários de terra, burocracia e potências ocidentais), e o Partido comunista (PCC). Após a aliança concertada entre ambos para expulsar os invasores japoneses, reiniciou-se a guerra civil, que conduziu o PCC ao poder, com a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro de 1949, enquanto o Kuomintang refugiava-se na província insular de Taiwan sob proteção da VII Frota americana.

A República Popular da China é o país mais populoso do mundo com quase um bilhão e trezentos milhões de habitantes (oito vezes a população brasileira e mais de um quinto da humanidade) e o quarto mais extenso, com 9,5 milhões de km² (quase a superfície brasileira). A esmagadora maioria dessa população está concentrada nas férteis planícies que cobrem apenas um quarto do território, enquanto o restante do país é composto por desertos (Gobi) e montanhas geladas (Himalaia).

Referências bibliográficas

- AUDREY, Francis. China – 25 anos 25 séculos. São Paulo: Paz e Terra.
Revista de assuntos militares. www.militarypower.com.br
TAVARES DE OLIVEIRA, Carlos. China – o que e preciso saber. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
_____. O despertar da China: 1980-2002 – crescimento acelerado. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.